

Corte no orçamento pode se aproximar de R\$ 20 bi

Por Fabio Graner | De Brasília

A área econômica prepara um contingenciamento forte de gastos com base no primeiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, a ser finalizado nesta semana. O motivo é a combinação de frustração de receitas administradas no primeiro bimestre, que, mesmo subindo em relação ao ano passado, ficaram abaixo do previsto pelo governo, e a incerteza em torno da privatização da Eletrobras, que está levando os técnicos a retirarem os R\$ 12,2 bilhões previstos na conta do ano.

As fontes evitam falar um número para o bloqueio, dado que as contas ainda estão sendo fechadas, mas afirmaram que será um número bem superior a R\$ 5 bilhões. A informação foi antecipada na sexta-feira pelo Valor PRO. Nos bastidores, se menciona a possibilidade de se aproximar de R\$ 20 bilhões. O corte orçamentário é um instrumento para que o governo administre suas contas para cumprir a meta fiscal e o teto de gastos.

Outro fator que levará à indicação de contingenciamento, efetivado em decreto posterior ao relatório bimestral, é a falta de acordo em torno da revisão do contrato da cessão onerosa do pré-

sal entre Petrobras e União. Esse elemento poderia ser um fator a permitir o governo sinalizar que os leilões das áreas contíguas seriam feitos neste ano, gerando receita primária. Mas, sem o acordo, isso ainda não pode ser feito.

O resultado com elevado ágio do leilão de aeroportos na última sexta-feira, cujo volume previsto de pagamento de outorga ficou em R\$ 2,4 bilhões, pode amenizar o corte de gastos. Segundo uma fonte, contudo, a dúvida é se os trâmites burocráticos permitirão incorporar esse dado no relatório, elevando a estimativa de receita para o ano. Outra fonte ressaltou que o volume a ser arrecadado com os leilões de aeroportos é muito pouco diante da necessidade de receitas apontada nas estimativas atuais da área técnica.

O comportamento da arrecadação neste início não está tão ruim, pois cresce em termos reais na comparação com o ano passado. De acordo com levantamento feito pelas economistas Vilma Pinto e Juliana Damasceno, do núcleo de economia do setor público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV), no primeiro bimestre houve alta de 1%, acima da inflação, no ingresso de recursos administrados pela Receita Federal.

O volume considera uma estimativa de arrecadação em fevereiro, dado ainda não divulgado oficialmente, de R\$ 113 bilhões, com alta real de 5,5% sobre fevereiro do ano passado. De acordo com Vilma Pinto, o desempenho da receita nesse início de ano está positivamente afetado por dois fatores: o aumento do valor em dólar das importações, que ampliou as receitas ligadas a esse segmento, e a mudança nas regras de compensação tributária (que teriam reduzido o uso desse instrumento).

De outro lado, a base de comparação do primeiro bimestre do ano passado, explicou, estaria inflada pela arrecadação gerada pelo Programa de Regularização Tributária (PRT), reduzindo o ritmo de crescimento deste ano. Vilma também apontou que o ritmo ainda fraco de atividade econômica não está ajudando o desempenho das receitas do governo federal, que poderiam estar crescendo mais.

Apesar da alta das receitas nesse início de ano, uma fonte do governo destaca que o resultado está abaixo do esperado. Além disso, as estimativas de receitas para o ano estão inferiores ao previsto no Orçamento de 2019 e, por isso, será preciso contingenciar. (Colaborou Edna Simão)